



Desigualdade e Bem-Estar

Marcelo Neri

2013

NERI, Marcelo C.

"*Desigualdade e Bem-Estar*" (Marcelo Neri), Rio de Janeiro, RJ – 2013 - FGV Social – 7 páginas.

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV. Portaria FGV Nº19.

Desigualdade e Bem-Estar

Marcelo Neri

O bem-estar é uma dimensão que pode a princípio ser observada individualmente, ou por meio da agregação de um conjunto de pessoas, quando se fala em bem estar social. Já a desigualdade é um conceito relacional que não considera o indivíduo tomado isoladamente, mas sim uma propriedade da relação entre indivíduos. Tendo isso em mente, é possível definir desigualdade como uma propriedade da função bem-estar social, na medida em que, para dimensioná-la, passamos da medição dos níveis de bem estar de cada pessoa para o cálculo de bem estar do conjunto de pessoas que compõem uma sociedade.

Cabe inicialmente apontar as diferentes dimensões de análise em jogo na consideração do bem-estar e da desigualdade. Em primeiro lugar, as medidas de bem-estar *objetivas* são distintas das medidas *subjetivas*. No primeiro caso, tratamos de variáveis palpáveis como renda, consumo e nível de educação. No segundo caso, temos medidas baseadas nas percepções das pessoas sobre estes ou outros temas. Nesse último caso, o problema é que as aspirações e os julgamentos de valor variam entre indivíduos, e até para um mesmo indivíduo ao longo do tempo, na sua adaptação a novas situações de vida.

É interessante, ainda, fixar a distinção entre as *medidas de bem-estar com muitas dimensões* e aquelas com *uma única dimensão*. No primeiro caso, temos medidas baseadas não apenas em renda, mas também no grau de acesso a outros elementos básicos, como educação e saúde, tal como o *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH) concebido por Amartya Sen e Mahbub ul Haq e acompanhado sistematicamente pelo Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento (PNUD).

Apesar de mais ricos, os índices com múltiplas dimensões encerram uma série de dificuldades de operacionalização, especialmente na fixação dos pesos de cada dimensão e na sua decomposição em partes menores.

Na prática, embora justamente criticados por desprezarem algumas complexidades, os índices de bem-estar baseados em uma única dimensão monetária são os mais utilizados. Essa extensa utilização se deve também ao pressuposto – muitas vezes irreal – de que os indivíduos numa economia de mercado são capazes de adquirir diretamente bens e serviços que atendam as suas necessidades.

Outra propriedade, essa mais controversa, da função bem-estar é o princípio das transferências, o qual afirma que as pessoas têm uma preferência por igualdade. Caso a ordenação entre diferentes distribuições recaísse sobre um indivíduo, ele escolheria por certo ter a maior renda possível, ou seja, toda a renda da economia, atribuindo aos restantes renda zero. Como a escolha social envolve incerteza (como se houvesse um véu de ignorância que impede definir quem deterá cada parcela da renda), as pessoas preferem nascer numa sociedade de menor desigualdade, num comportamento que revela uma aversão ao risco.

Em termos mais fundamentais uma medida de desigualdade específica é derivada de uma medida de bem-estar específica com forma funcional conhecida, ou em termos mais gerais com propriedades conhecidas. Ao caracterizarmos uma função bem-estar social somos implícita, ou explicitamente, obrigados a definir todas as propriedades, ou julgamentos de valor, subjacentes a ela na sua construção e o mesmo necessariamente da função desigualdade dela derivada.

Para efeito de síntese, começamos uma medida simples de bem estar, a renda *per capita*, que soma renda de todos e divide pelo número dos indivíduos, ignorando a distribuição de recursos entre as pessoas. Podemos ter a mais alta desigualdade estatística do mundo, mas a medida de desigualdade derivada de uma função bem estar correspondente a renda média assumirá sempre um valor nulo. Em suma, a desigualdade não importa nesta função bem estar social.

Em contraposição, tomemos agora a medida de desigualdade mais usual entre os analistas: o *índice de Gini*. A função bem estar social que dá origem ao índice de Gini é aquela em que o peso dado à renda de qualquer pessoa da população é inversamente proporcional à proporção de pessoas mais pobres que ela. A pessoa mais rica da economia seria a pessoa com menor peso no cálculo do nível de bem estar da sociedade, enquanto o mais pobre dos pobres teria o maior dos pesos. O *índice de Gini* varia entre zero e um, sendo que, quanto maior o indicador, mais desigual é a sociedade. Numa situação utópica onde a renda de todos fosse exatamente igual, o índice de Gini seria 0. No extremo oposto, se um único indivíduo concentrasse toda a renda da sociedade, ou seja, todos os demais tivessem renda zero, o índice de Gini seria 1. Não é difícil, portanto, compreender a inaceitável extensão do índice de Gini brasileiro, que é superior a 0,5: estamos mais próximos da perfeita iniquidade do que da perfeita igualdade.

O complemento do Índice de Gini é a medida de equidade. Numa função de bem-estar social simples, proposta por Sen, a medida de bem estar social é igual à

média de renda *per capita* vezes o complemento do Gini, este último indicador funcionando como um fator redutor de bem-estar em relação ao nível da renda média, de forma a controlar a fidelidade da renda *per capita*. Assim, a renda média de 630 reais mensais por brasileiro em 2009 seria o valor do bem-estar social, se a equidade fosse plena. Corrigida pelos altos índices de desigualdade brasileiros, esse bem-estar corresponde na verdade a 45,5% deste valor, 287 reais.

Além de atribuir pesos atribuídos ao bem estar de diferentes indivíduos como função da renda. É possível ainda introduzir preferência por equidade na função bem estar das pessoas como função da renda, ao invés de assumir que este corresponde necessariamente ao nível individual de renda de cada um. Por exemplo, no caso do Índice de Theil T considera-se o logaritmo da renda como função bem estar indivíduo no pressuposto que dadas variações de renda para os mais pobres são relativamente mais importantes do que para os menos pobres. A fim de se chegar ao nível de bem-estar agregado se tira uma média simples dos logaritmos de renda.

Finalmente, é ainda possível combinar na função bem-estar preferências por equidade tanto nos maiores pesos atribuídos aos mais pobres como em impactos decrescentes sobre o bem estar individual de incrementos de renda. No caso da medida apelidada de Thini combina-se o logaritmo do índice de Theil com a estrutura de pesos embutido no índice de Gini. Neste caso esta função bem-estar social híbrida vai redundar em maior sensibilidade a transferências de renda para a base da distribuição do que as medidas que deram origem.

De maneira geral, a abordagem criada por Atkinson nos impõe a disciplina de pensar medidas de desigualdades como herdeiras das propriedades assumidas na função bem-estar que a deu origem.

BIBLIOGRAFIA:

ATKINSON, A. B. 1970. On the Measurement of Inequality. *Journal of Economic Theory*, 2, 1970, p. 244-263.

EASTERLIN, R. A. 1974. Does economic growth Improve the human lot? In: DAVIDA, P. A.; REDER, M. W. (eds.) *Nations and households in economics growth: essays in honor of Moses Abramovitz*. New York: Academic Press, p. 89-125.

HOFFMANN, R. 1988. *Distribuição de Renda, Medidas de Desigualdade e Pobreza*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

KAKWANI, N.; NERI, M. C.; SON, H. G. 2010. Linkages Between Pro-Poor Growth, Social Programs and Labor Market: The Recent Brazilian Experience. *World Development*, Vol. 38, No. 6, 2010, pp. 881–894.

SEN, A. 1992. *Inequality Reexamined*. Boston: Harvard University Press;

MARCELO NERI, é economista-chefe do Centro de Políticas Sociais e professor da EPGE, na Fundação Getulio Vargas mcneri@fgv.br e www.fgv.br/cps



Praia de Botafogo, 190, Sala 1501 - CEP: 22250-900 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3799-2320 / E-mail: fgvsocial@fgv.br
www.fgv.br/fgvsocial